
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.


celebrada entre

FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.,
na qualidade de emissora;

E

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.,
na qualidade de agente fiduciário

em 16 de agosto de 2013

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]


INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.

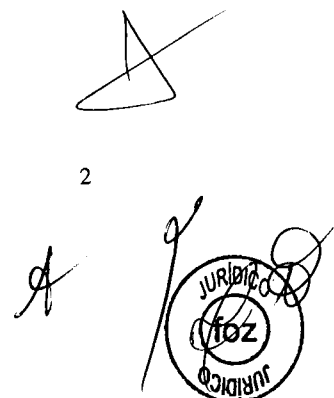
Pelo presente instrumento particular, na qualidade de emissora,

FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A., sociedade sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Recife, do Estado de Pernambuco, na rua Padre Carapuceiro, nº 733, sala 1302, 13º andar, Edifício Empresarial Center I, Boa Viagem, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("**CNPJ/MF**") sob o nº 17.119.291/0001-34, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("**JUCEPE**") , neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**");

E, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da primeira série ("**Debenturistas da Primeira Série**"), dos titulares das debêntures da segunda série ("**Debenturistas da Segunda Série**") e dos titulares das debêntures da terceira série ("**Debenturistas da Terceira Série**") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série, os "**Debenturistas**",

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade de responsabilidade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("**Agente Fiduciário**");

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie com Garantia Real a ser Convolada em Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Foz do Atlântico S.A." ("**Escritura de Emissão**"), conforme as seguintes cláusulas e condições:



Handwritten signature and circular stamp of Foz do Atlântico Saneamento S.A. The stamp contains the text "JURIDICO" and "FOZ" and is crossed out with a large 'X'.

CLÁUSULA 1 - AUTORIZAÇÃO

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) objeto desta Escritura de Emissão, é celebrada de acordo com a deliberação e aprovação das condições da Emissão tomada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 16 de agosto de 2013 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). A outorga das garantias reais a serem constituídas pela Emissora, nos moldes da Cláusula 4.1.17 será deliberada e aprovada por meio da AGE.

CLÁUSULA 2 - REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações:

2.1 Arquivamento e Publicação da Ata de AGE

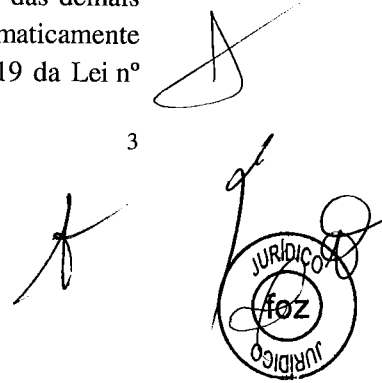
A ata da AGE será arquivada na JUCEPE e publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no Jornal do Commercio de Pernambuco, nos termos da legislação aplicável.

2.2 Arquivamento da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEPE, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, respectivamente, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3 Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.3.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº



6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Oferta Restrita”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476.

2.3.2 A Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” em vigor desde 1º de junho de 2011.

2.4 Registro para Distribuição e Negociação

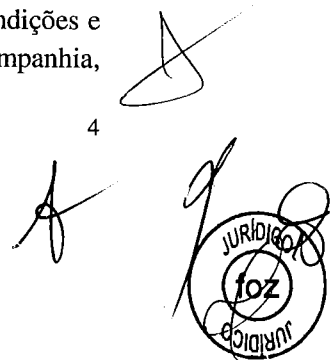
2.4.1 As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2 Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 respectivamente, da Instrução CVM 476, observando ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA 3 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social específica e exclusivamente: a exploração e a operação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, incluindo serviços complementares, na Região Metropolitana do Recife, localizada no Estado de Pernambuco, que abrange os Municípios de Recife, Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Cabo de Santo Agostinho, Ilha de Itamaracá, Araçoiaba, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Ipojuca, Moreno, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes e Goiana, tudo em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado entre o Poder Concedente e a Companhia,

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "JURIDICO" at the top and "foz" in the center. There is another handwritten mark to the left of the stamp.

em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital de Licitação/Concorrência 002/2012 CGPE.

3.2 Destinação dos Recursos

A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão será destinada a investimentos relacionados à implantação e à operação do sistema de coleta e tratamento de esgoto da Região Metropolitana de Recife e o Município de Goiana, nos termos da Concorrência nº 002/2012 – CGPE, concessão administrativa regida pela Lei Federal nº 11.079/04 e pelas Leis do Estado de Pernambuco nº 12.765/05, nº 12.976/05 e nº 13.282/07, formalizada pela celebração do Contrato de Concessão CT.PS.13.1.059-1 (“Contrato de Concessão”), entre a Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa (“Poder Concedente”) e a Emissora (“Projeto”).

3.3 Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.4 Número de Séries

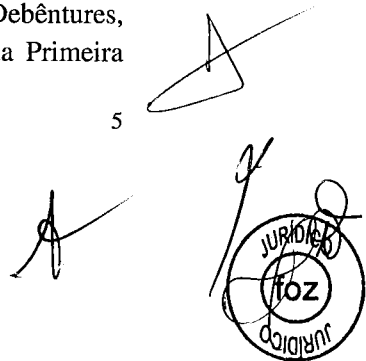
A Emissão será realizada em três séries.

3.5 Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$118.482.000,00 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), sendo (i) R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para as Debêntures da Primeira Série, conforme abaixo definida; (ii) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para as Debêntures da Segunda Série, conforme abaixo definida; e (iii) R\$ 38.482.000,00 (trinta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil reais), para as Debêntures da Terceira Série, conforme abaixo definida.

3.6 Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 118.482 (cento e dezoito mil quatrocentas e oitenta e duas) Debêntures, sendo (i) 50.000 (cinquenta mil) debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "JURADO" at the top, "10Z" in the center, and "JURADO" at the bottom. There is also a handwritten mark resembling a checkmark or the number "7" to the right of the stamp.

Série”); (ii) 30.000 (trinta mil) debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”); e (iii) 38.482 (trinta e oito mil e quatrocentas e oitenta e duas) debêntures da terceira série (“Debêntures da Terceira Série”).

3.7 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A. instituição financeira com sede na Praça Aldredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”), e o Escriturador Mandatário é o Itaú Corretora de Valores S.A. instituição financeira com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário. O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas em normas da CETIP.

3.8 Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis, conforme definido abaixo, antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, a documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA 4 - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas das Debêntures

4.1.1 Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 4.1.2.3 (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2 Colocação.





4.1.2.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Coordenação e Colocação com Esforços Restritos da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie com Garantia Real a Ser Convolada para Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Foz do Atlântico Saneamento S.A." ("Contrato de Distribuição").

4.1.2.2 O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

4.1.2.3 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.2.4 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria

7



análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das garantias previstas na Cláusula 4.1.17.

4.1.2.5 As partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.2.6 A Emissora obriga-se, até a data de apresentação da comunicação de encerramento da Oferta para a CVM a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.1.2.7 Para os fins da presente Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e (i) feriados nacionais, para os pagamentos realizados através da CETIP, e/ou (ii) feriados nas Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e Recife, Estado de Pernambuco, para os demais casos.

4.1.2.8 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

4.1.2.9 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

4.1.2.10 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.



4.1.3 Forma. As Debêntures são nominativas, escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.4 Comprovação de Titularidade das Debêntures. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista titular.

4.1.5 Espécie. As Debêntures são da espécie com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, a ser formalizada por meio de aditamento à presente Escritura, nos termos do Anexo I à presente Escritura de Emissão, após a ocorrência da Liberação das Garantias Reais, conforme abaixo definido, nos termos da Cláusula 4.1.18. abaixo.

4.1.6 Conversibilidade. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

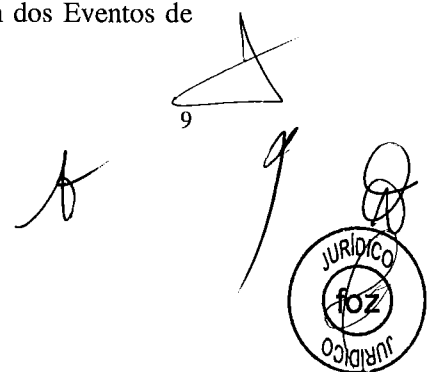
4.1.7 Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será 16 de agosto de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.8 Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de agosto de 2014 ("Data de Vencimento"), ressalvada a hipótese de (a) declaração de vencimento antecipado, (b) do Resgate Antecipado Obrigatório, (c) da Oferta de Resgate Antecipado ou (d) da Aquisição Facultativa, conforme aplicável, quando o pagamento da Remuneração das Debêntures deverá ser realizado conforme o disposto nas Cláusulas 5.1 abaixo, respectivamente.

4.1.9 Preço de Subscrição. As Debêntures serão subscritas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.1.10 Amortização do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será integralmente pago na Data de Vencimento ou na data em que ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de

9



A handwritten signature is visible above the page number '9'. To the right of the page number is a circular stamp with the text 'JURÍDICO' at the top and 'FOZ' in the center, with a signature over it.

Inadimplemento, na data de Resgate Antecipado Obrigatório ou na data de Oferta de Resgate Antecipado.

4.1.11 Pagamento da Remuneração das Debêntures. Observado o disposto na Cláusula seguinte, a Remuneração das Debêntures será paga na Data de Vencimento, salvo em caso de liquidação antecipada das Debêntures resultante (a) do vencimento antecipado das Debêntures, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; (b) do Resgate Antecipado Obrigatório; ou (c) da Oferta de Resgate Antecipado.

4.1.12 Forma de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, ou por meio do Escriturador Mandatário das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia eletrônica vinculada à CETIP.

4.1.13 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, ressalvados os casos em que os pagamentos ocorram através da CETIP onde só serão prorrogados quando coincidirem com sábado, domingo e feriados nacionais.

4.1.14 Multa e Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados *pro rata die* sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

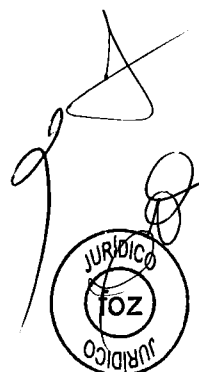
4.1.15 Atraso no Recebimento dos Pagamentos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1.14, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará o direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em

que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.1.16 Publicidade. Todos os atos e decisões decorrentes da emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos titulares das Debêntures deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Emissora; bem como na página da Emissora na Internet, qual seja, <http://www.fozdo brasil.com.br/fozwp/institucional/demonstrativos-financeiros>, sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo o prazo de manifestação dos Debenturistas, caso seja necessária nos termos da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão, corresponder àquele estabelecido na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, conforme o caso.

4.1.17 Garantias Reais: Em garantia do correto, fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora perante os Debenturistas no âmbito desta Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionados à emissão decorrente da Escritura de Emissão, conforme prorrogados, alterados e/ou aditados de tempos em tempos, incluindo, sem limitação, os valores devidos com relação às Debêntures a título de principal e remuneração, todos os encargos moratórios, multas decorrentes de eventual atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures e todos os eventuais tributos, despesas e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, incluindo, gastos com honorários advocatícios, depósitos, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais ou extrajudiciais ("Obrigações Garantidas"), foram constituídas as seguintes garantias reais ("Garantias Reais"):

- (i) penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora, nos termos estabelecidos no "Contrato de Penhor de Ações da Foz do Atlântico Saneamento S.A.", a ser celebrado entre a Odebrecht Ambiental S.A. ("ODB Ambiental") e Lidermac Construções e Equipamentos Ltda. ("Lidermac") e, em conjunto com a Foz, as "Acionistas") e o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Emissora ("Contrato de Penhor de Ações"); e
- (ii) cessão fiduciária (a) dos recursos disponíveis na conta vinculada na qual é depositado pelo Poder Concedente a contraprestação devida em decorrência do Contrato de Concessão; e (b) dos direitos emergentes do Contrato de Concessão, exceto (b.1) os direitos creditórios que a Emissora detém contra o Poder



Concedente relativos à contraprestação devida por este à Emissora; e (b.2) com relação aqueles necessários para a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço objeto do Contrato de Concessão, conforme estabelecido no artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nos termos estabelecidos no “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária”, e, em conjunto com o Contrato de Penhor de Ações, os “Contratos de Garantia”).

4.1.18 Condição de Liberação das Garantias Reais:

As Garantias Reais serão liberadas (“Liberação das Garantias Reais”), de forma a viabilizar a contratação e/ou o desembolso do empréstimo de longo prazo, no valor mínimo de R\$300.000.00,00 (trezentos milhões de Reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), a Caixa Econômica Federal (“CEF”) ou a qualquer outro credor (“Empréstimo de Longo Prazo”), mediante solicitação da Emissora ao Agente Fiduciário, acompanhada de cópia de quaisquer dos seguintes documentos (“Solicitação de Liberação das Garantias Reais”):

- (i) Carta de enquadramento do Projeto junto ao BNDES;
- (ii) Documento emitido pelo Ministério das Cidades, confirmando o enquadramento do Projeto para financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, por meio do Programa Saneamento para Todos;
- (iii) Correspondência emitida pela CEF, aprovando financiamento do Projeto com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; ou
- (iv) *Term sheet* assinado entre a Emissora e a CEF, acordando as características do Empréstimo de Longo Prazo.

4.1.18.1 Mediante o recebimento, pelo Agente Fiduciário, da Solicitação de Liberação das Garantias Reais, conforme estabelecido nesta cláusula, a Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão, conforme Anexo I à presente Escritura de Emissão, para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de com garantia real para



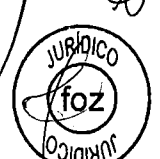


da espécie quirográfica, ficando desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas de cada série para aprovação do referido aditamento e consequente Liberação das Garantias Reais. A celebração do aditamento aqui previsto deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, da Solicitação de Liberação das Garantias Reais. A formalização da convolação da espécie das Debêntures de com garantia real para espécie quirográfica ocorrerá por meio de celebração de aditamento a esta Escritura de Emissão e de seu registro na JUCEPE.

4.1.19 Não obstante as Garantias Reais, as Acionistas celebrarão com a Emissora e o Agente Fiduciário, um Contrato de Suporte ("Contrato de Suporte"), sob condição suspensiva, por meio do qual as Acionistas, de forma não solidária e proporcional as suas respectivas participações acionárias na Emissora, obrigaram-se a aportar capital na Emissora em montante suficiente para a integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, caso a Emissora não o faça. Os termos e condições específicos de tais aportes, bem como as condições suspensivas serão previstos no Contrato de Suporte.

4.1.20 Repactuação. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada

4.1.21 Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo), observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas conforme previsto nesta Cláusula 4.1.21 poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 4.1.21, se e quando recolocadas no mercado farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicáveis às demais Debêntures em Circulação.

4.1.22 Resgate Antecipado Obrigatório e Oferta de Resgate Antecipado

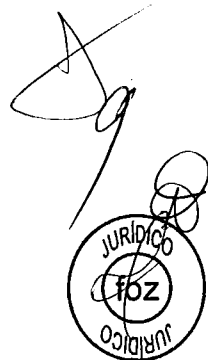


4.1.22.1. Em (i) até 60 (sessenta) dias após a Liberação das Garantias Reais ou (ii) até 2 (dois) Dias Úteis após o primeiro desembolso referente ao Empréstimo de Longo Prazo, o que ocorrer primeiro, a Emissora deverá, mediante aviso aos Titulares de Debêntures, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do evento, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Obrigatório”). O Resgate Antecipado Obrigatório será realizado mediante o pagamento aos Debenturistas da respectiva série do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação da respectiva série acrescido: (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde as Datas de Integralização das Debêntures da respectiva série até a data do efetivo pagamento; e (ii) do prêmio de resgate antecipado indicado na tabela abaixo:

DATA DA OCORRÊNCIA DO RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO	PRÊMIO DE RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO ACRESCIDO SOBRE O VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES ACRESCIDO DA REMUNERAÇÃO
agosto/2013	0,08% flat
setembro/2013	0,07% flat
outubro/2013	0,07% flat
novembro/2013	0,07% flat
dezembro/2013	0,07% flat
janeiro/2014	0,06% flat
fevereiro/2014	0,06% flat
março/2014	0,05% flat
abril/2014	0,04% flat
maio/2014	0,03% flat
junho/2014	0,02% flat
julho/2014	0,01% flat
agosto/2014	0,01% flat

4.1.22.1.1 Na comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório deverá constar (i) a data do Resgate Antecipado Obrigatório; e (ii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização, pela CETIP, do Resgate Antecipado Obrigatório.

[Handwritten signature]



4.1.22.2. A partir da Data de Integralização da cada uma das séries, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado endereçada a todos os Debenturistas da respectiva série, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas da respectiva série para a aceitação da oferta de resgate antecipado, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 9.1.4 abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) o valor do prêmio de resgate, caso exista, observadas as regras da Cláusula 4.1.22.1 acima; (b) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no item "iii (b)" abaixo; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures. O Edital de Oferta de Resgate Antecipado deverá ser realizado com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis antes da data de resgate pretendida. Os Debenturistas que aceitarem as condições da Oferta de Resgate Antecipado deverão comunicar a Emissora de sua aceitação em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (ii) O Resgate Antecipado ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado, bem como a relação dos Debenturistas que aderirem à oferta incluindo a quantidade de debêntures indicada por estes; e (b) comunicar o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP sobre a realização da

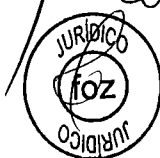


Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado;

- (iv) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização da respectiva Série, até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que, a exclusivo critério da Emissora, venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado, prêmio de resgate este que não poderá ser negativo, observadas as disposições da Cláusula 4.1.22.1 acima; e
- (v) caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e o número de Debenturistas que tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que o número ao qual a Oferta de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido no competente Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Os Debenturistas sorteados serão comunicados com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência sobre a Oferta de Resgate Antecipado.

4.1.22.3. O Resgate Antecipado Obrigatório ou a Oferta de Resgate Antecipado deverá ocorrer conforme os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, apuração e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.1.22.4. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Obrigatório ou Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21 e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Escriturador Mandatário, no caso dos titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.



4.2 Características das Debêntures da Primeira Série

4.2.1 Forma e Prazo de Subscrição e Integralização das Debêntures da Primeira Série. A integralização será realizada à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que todas as Debêntures da Primeira Série deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização da Primeira Série").

4.2.2 Remuneração das Debêntures da Primeira Série. As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

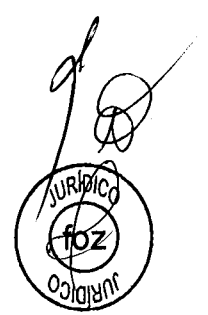
4.2.3 Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

4.2.4 Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série. As Debêntures da Primeira Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios ("Remuneração da Primeira Série") correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, *over extra-grupo* ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 1,88% (um inteiro e oitenta e oito centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, a partir da Data de Subscrição e Integralização da Primeira Série, e paga na Data de Vencimento, de acordo com a fórmula abaixo. O cálculo da Remuneração da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração das Debêntures da Primeira Série acumulada no período, devida no Período de Capitalização da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



VNe = Valor Nominal Unitário de cada Debênture da Primeira Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$

onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

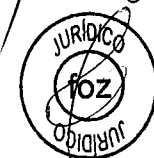
“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas no Período de Capitalização da Primeira Série, sendo “n” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



Fator Spread = Sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

onde:

spread = 1,88 (um inteiro e oitenta e oito centésimos); e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição e Integralização da Primeira Série e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.5 Indisponibilidade Temporária da Taxa DI-Over. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI-Over pela

CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI-Over divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas de cada série quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI-Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 4.2.6 seguinte quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures de cada série.

4.2.6 Indisponibilidade Não Temporária da Taxa DI-Over. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI-Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou mesmo no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over às Debêntures de quaisquer séries por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI-Over ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva série (conforme definida na Cláusula 9.1.1 abaixo) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da respectiva série a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures da respectiva série em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI-Over divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da respectiva série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da respectiva série.

4.2.6.1 Caso a Taxa DI-Over volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva série prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva série não será realizada e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, a última Taxa DI-Over divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.



4.2.6.2 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva série prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação da respectiva série, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva série pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação da respectiva série, acrescido da Remuneração das Debêntures da respectiva série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização da respectiva série, até a data do efetivo resgate, caso em que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração das Debêntures da respectiva série será a última Taxa DI disponível.

4.2.7 Farão jus à Remuneração das Debêntures da respectiva série aqueles que sejam titulares de Debêntures da respectiva série ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série.

4.2.8 Para fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por “Período de Capitalização da Primeira Série” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização da Primeira Série e se encerra na Data de Vencimento ou na data em que ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou na data do Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Primeira Série, o que ocorrer primeiro.

4.3 Características das Debêntures da Segunda Série

4.3.1 Forma e Prazo de Forma de Subscrição e Integralização das Debêntures da Segunda Série. A integralização das Debêntures da Segunda Série será realizada, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que todas as Debêntures da Segunda Série deverão ser subscritas na Data de Subscrição e Integralização da Primeira Série e integralizadas em 01 de outubro de 2013 (“Data de Integralização da Segunda Série”).



4.3.2 Remuneração das Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.3 Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado.

4.3.4 Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Segunda Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios ("Remuneração da Segunda Série") correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 1,88% (um inteiro e oitenta e oito centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, a partir da Data de Integralização da Segunda Série, e paga na Data de Vencimento, de acordo com a fórmula abaixo. O cálculo da Remuneração da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração das Debêntures da Segunda Série acumulada no período, devida no Período de Capitalização da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de cada Debênture da Segunda Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

Fator DI = *produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas no Período de Capitalização da Segunda Série, sendo “n” um número inteiro;

TDI_k = *Taxa DI-Over expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:*

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = *Taxa DI-Over, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;*

Fator Spread = *Sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:*

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

onde:



spread = 1,88 (um inteiro e oitenta e oito centésimos); e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização da Segunda Série e a data atual, sendo “*n*” um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.3.5 Aplicam-se às Debêntures da Segunda Série o estabelecido nas Cláusulas 4.2.5, 4.2.6 e 4.2.7 acima.

4.3.6 Para fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por “Período de Capitalização da Segunda Série” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização da Segunda Série e se encerra na Data de Vencimento ou na data em que ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou na data do Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Segunda Série, o que ocorrer primeiro.

4.4 Características das Debêntures da Terceira Série



4.4.1 Forma e Prazo de Forma de Subscrição e Integralização das Debêntures da Terceira Série. A integralização das Debêntures da Terceira Série será realizada, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que todas as Debêntures da Terceira Série deverão ser subscritas na Data de Subscrição e Integralização da Primeira Série e integralizadas em 02 de janeiro de 2014 (“Data de Integralização da Terceira Série” e, em conjunto com a Data de Subscrição e Integralização da Primeira Série e a Data de Integralização da Segunda Série, as “Datas de Integralização” e, individual e indistintamente, a “Data de Integralização”).

4.4.2 Remuneração das Debêntures da Terceira Série. As Debêntures da Terceira Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.4.3 Atualização Monetária das Debêntures da Terceira Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série não será atualizado.

4.4.4 Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série. As Debêntures da Terceira Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios (“Remuneração da Terceira Série”) correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 1,88% (um inteiro e oitenta e oito centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Terceira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, a partir da Data de Integralização da Terceira Série, e paga na Data de Vencimento, de acordo com a fórmula abaixo. O cálculo da Remuneração da Terceira Série obedecerá à seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração das Debêntures da Terceira Série acumulada no período, devida no Período de Capitalização da Terceira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



VNe = Valor Nominal Unitário de cada Debênture da Terceira Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$

onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas no Período de Capitalização da Terceira Série, sendo “n” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



Fator Spread = Sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 1,88 (um inteiro e oitenta e oito centésimos); e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização da Terceira Série e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.4.5 Aplicam-se às Debêntures da Terceira Série o estabelecido nas Cláusulas 4.2.5, 4.2.6 e 4.2.7 acima.



4.4.6 Para fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por “Período de Capitalização da Terceira Série” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização da Terceira Série e se encerra na Data de Vencimento ou na data em que ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures da Terceira Série, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou na data do Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da Terceira Série, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA 5 - VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Eventos de Inadimplemento

5.1.1. Observado o disposto na Cláusula 5.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização de cada uma das séries, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da data do respectivo vencimento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures (inclusive aquelas previstas nos Contratos de Garantia), não sanada no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento (a) pelo Agente Fiduciário, de notificação enviada pela Emissora sobre tal descumprimento ou (b) da notificação do referido descumprimento, enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- (iii) não pagamento de qualquer dívida financeira referente a qualquer acordo ou contrato com instituição financeira, do qual a Emissora e/ou quaisquer de suas



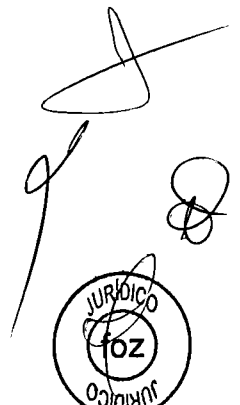
controladas seja parte, na qualidade de devedora, não sanado no prazo de cura aplicável à respectiva dívida, ou na sua ausência, em até 3 (três) Dias Úteis da data do evento;

- (iv) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas seja parte, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de cura aplicável à respectiva dívida ou, na sua ausência, em até 3 (três) Dias Úteis;
- (v) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras contraídas pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, no mercado local ou internacional;
- (vi) protesto de títulos contra a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;
- (vii) caso ocorra (a) extinção, dissolução ou a liquidação da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas; (b) a decretação de falência da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas; (c) o pedido de autofalência, por parte da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas; (d) o pedido de falência formulado por terceiros contra a Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas, e desde que tal pedido não seja devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito judicial, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos legais aplicáveis; (e) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (f) o ingresso pela Emissora,



sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (g) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;

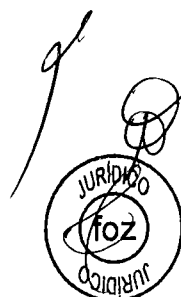
- (viii) mudança, direta ou indireta, do controle da Emissora, sem anuência prévia dos Debenturistas, conforme o disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações. Para fins deste item, eventual reestruturação societária realizada dentro do grupo econômico do qual a Emissora faz parte, na Data de Emissão, não caracterizará mudança indireta de controle e, portanto, não consistirá em hipótese de vencimento antecipado das Debentures;
- (ix) caso as Garantias Reais, nos termos da Cláusula 4.1.17, não sejam devidamente constituídas ou venham a ser consideradas sem efeito ou validade, por sentença judicial, sem que a Emissora tome as providências necessárias para sanar eventual irregularidade e/ou garantir sua validade, ou tais garantias não sejam substituídas ou reforçadas nos termos dos Contratos Garantia;
- (x) caso ocorra a transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;
- (xi) cisão, fusão e incorporação (incluindo incorporação de ações) da Emissora, exceto por aquelas previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xii) caso quaisquer declarações prestadas pela Emissora em quaisquer documentos da Oferta Restrita sejam inverídicas, imprecisas ou incompletas em qualquer aspecto materialmente relevante;
- (xiii) não cumprimento de qualquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado contra a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas que (i) impactem de forma adversa e relevante as operações da Emissora; (ii) resultem no pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou equivalente em moeda estrangeira; ou (iii) gere uma obrigação de fazer para a Companhia cujo custo, individual ou



A circular stamp with the word "JURIDICO" at the top and bottom, and "FOZ" in the center. There are handwritten marks over the stamp and to its right.

agregado, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou equivalente em moeda estrangeira;

- (xiv) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas a título de remuneração do capital, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xv) não destinação, pela Emissora, dos recursos líquidos captados com a Emissão estritamente nos termos dessa Escritura de Emissão;
- (xvi) cessão, promessa de cessão, qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, sem a prévia e expressa aprovação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Titulares das Debêntures em circulação;
- (xvii) questionamento judicial, pela Emissora, de sua controladora, ou controladas, de quaisquer termos desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia;
- (xviii) redução do capital social da Emissora, exceto (a) se previamente autorizado pelo Poder Concedente e por Titulares das Debêntures representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) se realizada para absorção de prejuízos;
- (xix) alteração do objeto social da Emissora de maneira que sejam excluídas ou substancialmente reduzidas as principais atividades atualmente praticadas e os ramos de negócios explorados pela Emissora na Data de Emissão, exceto se previamente aprovado por Titulares das Debêntures representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xx) extinção do Contrato de Concessão por ato do Poder Concedente;



- (xxi) suspensão do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente, ou qualquer tipo de intervenção, pelo Poder Concedente, no projeto e/ou na Emissora, cujos efeitos não sejam suspensos por decisão judicial dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da suspensão ou intervenção;
- (xxii) revogação ou recusa na renovação de autorização ou licença, inclusive ambiental, exigida para a manutenção do exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se a Emissora esteja discutindo administrativa ou judicialmente de boa-fé ou esteja tomando as medidas necessárias para a correção;
- (xxiii) dar em garantia, onerar ou de qualquer outra forma dispor dos direitos creditórios detidos pela Emissora face ao Poder Concedente, sem a aprovação dos titulares das Debêntures, exceto para contratação do Empréstimo de Longo Prazo; e
- (xxiv) contratar qualquer tipo de financiamento ou dívida sem a aprovação dos titulares das Debêntures, exceto (a) o Empréstimo de Longo Prazo ou (b) financiamentos na modalidade Conta Garantida junto ao Banco Itaú BBA S.A. até o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), observado o disposto na cláusula 5.1.2 abaixo com relação às condições aplicáveis aos financiamentos mencionados neste item (b).

5.1.2. As condições aplicáveis ao financiamento mencionado no item (xxiv)(b) acima serão baseadas em condições de mercado prevalecentes à época, e no volume e espécie da transação a ser utilizada. Eventuais propostas apresentadas por bancos de primeira linha à Emissora poderão ser levadas em consideração, para pautar as características e condições do financiamento.

5.2 Vencimento Antecipado Automático e Não Automático - Procedimentos Aplicáveis

5.2.1 A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nas alíneas (i), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xi), (xiii), (xiv), (xv), (xvi), (xvii), (xviii), (xx), (xxiii) e (xxiv) da Cláusula 5.1 acima, desde que não sanados nos respectivos prazos de cura, conforme aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de



qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento e exigir o pagamento do que for devido em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência.

5.2.2 Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 5.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9.1.4 desta Escritura de Emissão e o *quorum* específico estabelecido na Cláusula 5.2.3, abaixo.

5.2.3 A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 5.2.2 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

5.2.4 Adicionalmente, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de *quorum*, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, conforme o caso.

5.2.5 Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário, ou os Debenturistas ou a Emissora poderão convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9.1.4 desta Escritura de Emissão e o *quorum* específico estabelecido na Cláusula 5.2.3 acima. Caso, após 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência do(s) respectivo(s) Evento(s) de Inadimplemento a Assembleia Geral de Debenturistas não tiver sido convocada, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.1 acima.

5.2.6 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP e ao Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor





Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização de cada uma das séries, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

CLÁUSULA 6 - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 Obrigações Adicionais

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação em vigor, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir as disposições abaixo:

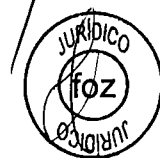
- (i) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as seguintes obrigações:
 - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;



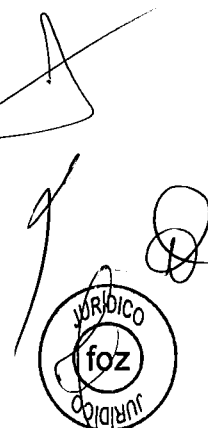
- e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário;
 - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
 - h) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos dos subitens (c) e (d) acima; e
 - i) encaminhar ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua publicação, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social findo, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (2) declaração dos representantes da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura.
- (ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente referente às suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis.
- (iii) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP;
- (iv) comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures. Tal comunicação deverá ser feita em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures;



- (v) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional. Tal comunicação deverá ser feita em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de tal fato;
- (vi) obter ou manter válidas e regulares, conforme o caso, as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações que estejam em processo de renovação ou sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé ou esteja tomando as medidas necessárias para a correção;
- (vii) não transferir (total ou parcialmente) o Contrato de Concessão ou qualquer de seus direitos ou obrigações, sem a prévia anuência do Poder Concedente e de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (viii) exceto com relação àqueles pagamentos questionados na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária;
- (ix) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (a) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (x) manter o Contrato de Concessão e em vigor e cumprir pontualmente com todos os seus termos e condições;
- (xi) contratar e manter contratados, às suas expensas, os demais prestadores de serviços necessários ao cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, quais sejam: (a) Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; (b) Agente Fiduciário; e (c) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, CETIP21);



- (xii) colaborar com o Agente Fiduciário na elaboração dos relatórios destinados aos Debenturistas descritos no item (xiii) da Cláusula 8.4.1 abaixo, fornecendo para tanto o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas limitado à estrutura da Emissora, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xiii) utilizar os recursos obtidos com a Emissão exclusivamente conforme descrito na Cláusula 3.2 acima;
- (xiv) declarar, garantir e responder pela veracidade, consistência, qualidade, precisão, completude e suficiência de todas as informações por ela prestadas ao mercado durante a Oferta Restrita e, caso as informações se tornem inverídicas, inconsistentes, sem qualidade, imprecisas, incompletas ou insuficientes, durante a vigência das Debêntures, notificar imediatamente e por escrito tal fato aos ao Agente Fiduciário;
- (xv) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora: (a) balanço patrimonial; (b) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (c) demonstração do resultado do exercício; (d) parecer da auditoria externa; e (e) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria;
- (xvi) fornecer ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCEPE, em até 15 (quinze) dias corridos contados da respectiva data de registro na JUCEPE; e



(xvii) não praticar qualquer ato ou negócio em desacordo com seu estatuto social ou não abrangido no seu objeto social.

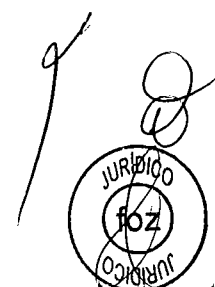
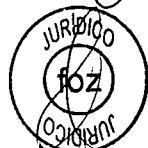
CLÁUSULA 7 - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. A Emissora, neste ato, declara e garante, nesta data, que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura de Emissão e a cumprir as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigível, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (a) seu Estatuto Social; ou (b) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (v) exceto pela aprovação pelo Poder Concedente, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, consentimento, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão;



- (vi) a celebração desta Escritura de Emissão, dos contratos de constituição das garantias previstas na Cláusula 4.1.17, bem como o cumprimento das obrigações relativas à Emissão das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais sejam parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (vii) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato relevante, de qualquer natureza e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (viii) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral ou inquérito, inclusive de natureza ambiental, envolvendo a Emissora, perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa afetar substancialmente sua capacidade de cumprir suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas;
- (ix) nem a Emissora ou qualquer de seus bens possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, ressalvadas quaisquer imunidades emanadas de normas vigentes relativas a bens ou serviços públicos que sejam aplicáveis à Emissora;
- (x) está em cumprimento das leis e regulamentos (inclusive ambientais) a ela aplicáveis, não tendo conhecimento de ter causado ou permitido o surgimento de qualquer responsabilidade, que resulte ou possa resultar e afetar adversamente a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações pecuniárias junto aos Debenturistas, exceto aquelas que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé;
- (xi) as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades atuais estão

válidas ou em processo de renovação ou obtenção, conforme o caso, exceto aquelas que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé; e

(xii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

CLÁUSULA 8 - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 Nomeação do Agente Fiduciário

8.1.1 A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Planner Trustee DTVM Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

8.2 Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

8.2.1 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

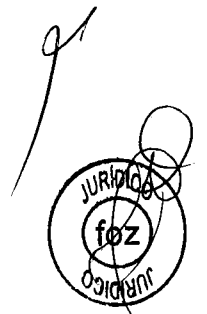
- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66,



A circular stamp with the word "JURÍDICO" at the top and "FOZ" in the center. There are handwritten initials and a signature over the stamp.

da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;

- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (viii) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (ix) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (x) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário nos termos da legislação aplicável em vigor;
- (xi) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (xii) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
- (xiii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (xiv) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões descritas no Anexo II à presente Escritura de Emissão; e



- (xv) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo II à presente Escritura de Emissão, bem como aos Debenturistas da Oferta.

8.3 Exercício das Funções e Remuneração do Agente Fiduciário

8.3.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.2 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (i) Parcelas semestrais de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). A primeira parcela será devida 10 (dez) dias úteis após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas
- (ii) O Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação de serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus;
- (iii) O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- (iv) As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a



variação acumulada do IGPM, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*;

- (v) Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão das Debêntures ou em caso de reestruturação prévia das condições das debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) a assessoria aos titulares das debêntures, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das debêntures, (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora, e para (d) a execução das garantias ou das debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado;
- (vi) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido;
- (vii) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;
- (viii) A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.

8.4 Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário



8.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais,, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando estritamente necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto,


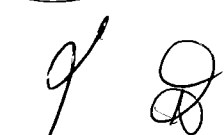



Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como nas demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;

- (x) solicitar, quando houver algum fato relevante, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas da mesma;
- (xi) convocar, quando necessário, a Assembleias Gerais de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (xii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgates, amortizações e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto à Emissora;



- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão; e
 - i) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver.
- (xiv) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) na sede do Agente Fiduciário;
 - c) na CETIP;
 - d) na CVM; e
 - e) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador

Mandatário a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;

- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xix) responsabilizar-se integralmente pelas atividades de agente fiduciário a que se obrigou em razão de sua contratação como Agente Fiduciário, nos termos da legislação vigente.

8.4.2 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora observadas as condições das Cláusulas 5.1 e 5.2 desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;
- (ii) executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (v) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação



judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

8.4.3 O Agente Fiduciário, observado o disposto nas Cláusulas 5.1 e 5.2 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iv) da Cláusula 8.4.2 acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo). Na hipótese da alínea (v), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

8.4.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.4.5 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.4.6 Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.



8.4.7 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

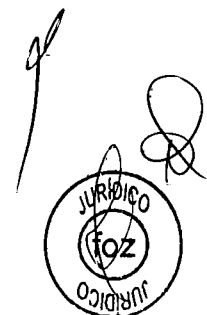
8.5 Substituição do Agente Fiduciário

8.5.1 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição, sendo certo que a remuneração devida será calculada *pro rata temporis*.

8.5.2 É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.5.3 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.5.4 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.



8.5.5 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

8.5.6 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.

8.5.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA 9 - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

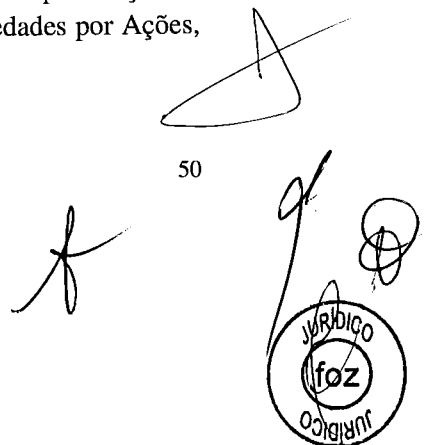
9.1 Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas

9.1.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

9.1.2 As Assembleias Gerais de Debenturistas de cada série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures da respectiva série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo) ou pela CVM.

9.1.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.1.4 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas de cada série dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.1 desta Escritura de Emissão, ou outro veículo de grande circulação nas quais a Emissora costuma publicar seus atos, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.



9.1.5 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 5 (cinco) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

9.2 Quoruns de Instalação e Deliberação

9.2.1 As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares que representem, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva série a cada Debênture em Circulação da respectiva série caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

9.2.3 Para todos os efeitos desta Escritura de Emissão, serão consideradas (i) "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, (ii) "Debêntures em Circulação da Primeira Série" todas as Debêntures da Primeira Série em circulação no mercado, (iii) "Debêntures em Circulação da Segunda Série" todas as Debêntures da Segunda Série em circulação no mercado e (iv) "Debêntures em Circulação da Terceira Série" todas as Debêntures da Terceira Série em circulação no mercado, excluídas as Debêntures da respectiva série que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.2.4 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.2.5 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.



9.2.6 A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes, ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.2.7 Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas de qualquer série dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.2.8 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.2.7 acima: (i) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; (ii) alterações, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (considerados, obrigatoriamente em conjunto, os Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série), acerca das seguintes matérias: (a) quoruns estabelecidos nesta Escritura; (b) disposições estabelecidas nesta Cláusula 9; (c) espécie das Debêntures; (d) criação de evento de repactuação; ou (e) alteração da Cláusula 5 acima; (iii) alterações, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD da respectiva Série ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da respectiva Série que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série, acerca das seguintes matérias: (a) Remuneração da respectiva Série; e (b) quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores da respectiva série previstos nesta Escritura.

9.2.9 Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação da respectiva série.

9.2.10 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva série, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.



CLÁUSULA 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, para qualquer dos subscritores desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas ou à Emissora, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora ou do Agente Fiduciário e dos Debenturistas, respectivamente, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.

10.2 Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, dos contratos de constituição das garantias previstas na Cláusula 4.1.17, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.3 Comunicações

10.3.1 As comunicações a serem enviadas para a Emissora ou para o Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora

Foz do Atlântico Saneamento S.A.

Rua Padre Carapuceiro, nº 733, sala 1302, 13º andar,

Cidade de Recife - PE

At.: Pedro Augusto Carneiro Leão Neto

Telefone: (81) 2127-4600

E-mail: pedroacleoneto@foz.com.br



Para o Agente Fiduciário

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar
CEP 04538-133, São Paulo – SP
Tel.: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
At.: Sr. Viviane Rodrigues
E-mail: vrodrigues@planner.com.br e
tlima@planner.com.br

Para a CETIP

Cetip S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim
Paulistano
CEP 01452-001 - São Paulo – SP
Tel.: (11) 3111.1596
Fax: (11) 3111.1564
At.: Gerência de Valores Mobiliários
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para o Banco Liquidante



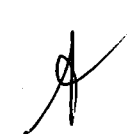
Itaú Unibanco S.A.

Praça Aldredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre
Olavo Setubal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo
Tel.: (11) 2797-4441
Fax: (11) 2797-3140
At.: Sr. Luiz Petito
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador
Mandatário

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, Cidade de
São Paulo, Estado de São Paulo
Tel.: (11) 2797-4441
Fax: (11) 2797-3140
At.: Sr. Luiz Petito
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br



10.3.2 Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.3.3 A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

10.4 Lei Aplicável

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.5 Foro

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura oriundas desta Escritura de Emissão.

10.6 Disposições Finais

10.6.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2, obrigando as partes por si e por seus sucessores.

10.6.2 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.6.3 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem um título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as



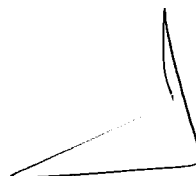
obrigações nela contidas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.6.4 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra descrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 16 de agosto de 2013.

(assinaturas seguem nas 4 (quatro) próximas páginas)



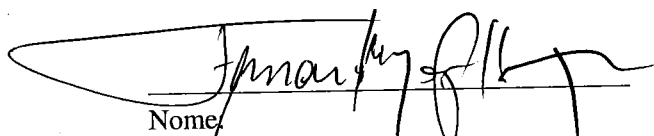
56




(PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.)

Pela Emissora:

FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.


Nome: _____
Cargo: _____
Fernando A. Mangabeira Albenaz
Diretor


Nome: Carlos Mauricio de S. Barros
Cargo: Diretor



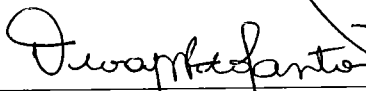
(PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.)

Pelo Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome:

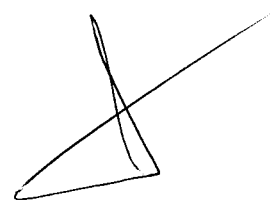
Cargo:



Viviane Rodrigues
Diretora




Artur M. de Figueiredo
Diretor

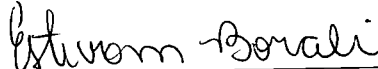


(PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª
(PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
EM TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA PARA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.)

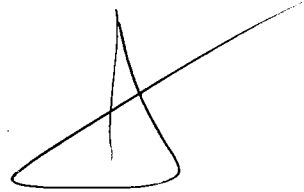
Testemunhas:



Nome: CAIO CARDOSO DE CARVALHO
RG: 09071485-73



Nome: Estevam Borrali
RG: 44.071.566-0









ANEXO I

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.

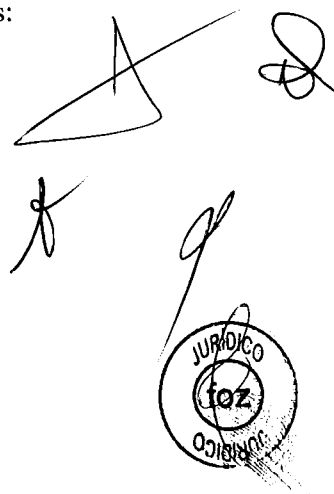
Pelo presente instrumento, de um lado,

FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A., sociedade sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Recife, do Estado de Pernambuco, na rua Padre Carapuzeiro, nº 733, sala 1302, 13º andar, Edifício Empresarial Center I, Boa Viagem, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 17.119.291/0001-34, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") , neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

E, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da primeira série ("Debenturistas da Primeira Série"), dos titulares das debêntures da segunda série ("Debenturistas da Segunda Série") e dos titulares das debêntures da terceira série ("Debenturistas da Terceira Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série, os "Debenturistas",

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade de responsabilidade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário");

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o Instrumento Particular de 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie com Garantia Real a Ser Convolada para a Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Foz do Atlântico Saneamento S.A. (o "Aditamento") (a "Escritura", a "Emissão" e as "Debêntures"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:



Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is circular with the text "JURÍDICO" at the top and "foz" in the center. There are several handwritten marks, including a large 'X' and a signature.

CLÁUSULA I
DEFINIÇÃO

1.1. As expressões iniciadas com letras maiúsculas utilizadas e não definidas no presente instrumento deverão ter os significados que lhes são atribuídos na Escritura.

CLÁUSULA II
AUTORIZAÇÃO

2.1. O presente Aditamento é celebrado conforme a Cláusula 4.1.18.1 da Escritura, não sendo necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas e de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora para sua realização.

CLÁUSULA III
AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

3.1. Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, conforme disposto no artigo no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

CLÁUSULA IV
ALTERAÇÕES PARA CONVOLAÇÃO

4.1. O presente Aditamento tem como objetivo convolar a espécie das Debêntures, da espécie com garantia real para espécie quirografária, para tanto, resolvem as Partes alterar as seguintes condições:

4.1.1. Alterar o nome da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Escritura de Emissão: Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Foz do Atlântico Saneamento S.A.”.



4.1.1. Alterar o a cláusula 4.1.5. da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.1.5. Espécie. As Debêntures são da espécie quirografária”

4.1.2. Alterar o a cláusula 4.1.17. da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.1.5. Garantias Reais. As garantias outorgadas às Debêntures foram liberadas conforme Notificação de Liberação de Garantias enviada ao Agente Fiduciário em [•] e as Debêntures foram convoladas de espécie com garantia real para espécie quirografária, nos termos do Instrumento Particular de 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie com Garantia Real a Ser Convolada para a Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Foz do Atlântico Saneamento S.A.”

4.1.3. Excluir a cláusula 4.1.18 da Escritura de Emissão.

CLÁUSULA V RATIFICAÇÕES

5.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

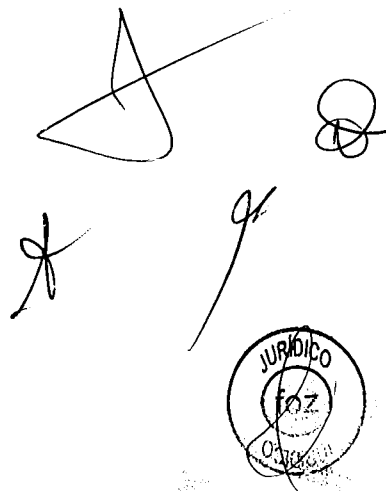
CLÁUSULA VI DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Aditamento, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

[local], [•] de [•] de 2013.

(assinaturas seguem nas 4 (quatro) próximas páginas)

The block contains several handwritten signatures in black ink. There is a large, stylized signature at the top right, a smaller one below it, and another one further down. At the bottom right, there is a circular stamp with the word "JURÍDICO" at the top, "foz" in the center, and "03/12/2013" at the bottom.

(PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE 1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.)

Pela Emissora:


FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

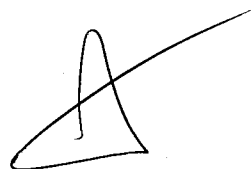

Carlos Mauricio de S. Barros
Diretor



*(PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE 1º ADITAMENTO
AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM TRÊS SÉRIES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO, DA FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.)*



Pelo Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.



Nome:

Cargo:


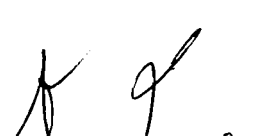
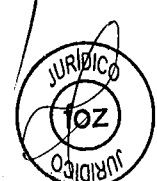
*(PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE 1º ADITAMENTO
AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM TRÊS SÉRIES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL A SER CONVOLADA PARA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO, DA FOZ DO ATLÂNTICO SANEAMENTO S.A.)*

Testemunhas:



Nome:
RG:

Nome:
RG:

ANEXO II

OPERAÇÕES NAS QUAIS A PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA. ATUA COMO AGENTE FIDUCIÁRIO PARA EMPRESAS DO GRUPO ODEBRECHT NOS TERMOS DO ARTIGO 10 DA INSTRUÇÃO CVM 28.

1) 1ª Emissão Privada de Debêntures da Empresa **FOZ DO JAGUARIBE S.A.**, que possui as seguintes características:

Emissora:	Foz do Jaguaribe S.A.
Emissão:	1ª Emissão
Valor da emissão:	R\$53.104.000,00 (cinquenta e três milhões, cento e quatro mil reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	53.104 (cinquenta e três mil, cento e quatro)
Espécie:	Garantia Real
Prazo de vencimento:	01 de dezembro de 2020
Garantias:	(i) Garantia Real; e (ii) Garantia Fidejussória
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos da cláusula 4.20.1 da respectiva escritura
Amortização:	Mensalmente, a partir de 01 de setembro de 2011
Conversão:	Não conversível em ações
Repactuação:	Não há
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações

2) 1ª Emissão de Debêntures da Empresa **ODEBRECHT TRANSPORT PARTICIPAÇÕES S.A.**, que possui as seguintes características:

Emissora:	Odebrecht Transport Participações S.A.
Emissão:	1ª Emissão
Valor da emissão:	R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	39 (trinta e nove)
Espécie:	Garantia flutuante
Prazo de vencimento:	27 de dezembro de 2020
Garantias:	Espécie flutuante, sem garantia adicional
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos da cláusula 5.1. da respectiva Escritura



Amortização:	Anualmente, a partir de 27 de dezembro de 2013
Conversão:	Não conversível em ações
Repactuação:	Não há
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações

